



PARECER PRÉVIO Nº 29/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10013/2012.

Apensos: Processos nº 10074/2012, 10061/2012, 12588/2015 e 10059/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851.

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3763/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2011.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas do **Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, na Prefeitura de Municipal de Maués, no exercício de 2011, nos termos do art. 1º, I, da Lei n. 2423/96 c/c o art. 3º, III, da Resolução n. 09, de 02.10.1997-TCE.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho, de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 29/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 29/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 29/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10013/2012.

Apensos: Processos nº 10074/2012, 10061/2012, 12588/2015 e 10059/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5.851

7- Unidade Técnica: DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3763/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2011.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr.Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, responsável pela Prefeitura Municipal de Maués, no curso do exercício de 2011, nos termos do art. I.º, II c/c os art. 22, III, “a”, “c” e “d”, da Lei n. 2423/96, em face da prática de atos contrários às normas legais e contábeis supracitadas, configuração de danos ao erário em razão de despesas pagas e sem comprovação da execução dos serviços;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** no valor de **R\$13.654,39**, (treze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54 II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VI, da Resolução TCE/AM n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária,



ACÓRDÃO Nº 29/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 29/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

operacional e patrimonial, referente as impropriedades contidas nos itens 2; 3 (5.3); 7; 8; 10.1; 11; 12.1; 12.3; 12.5; 12.8; 14.1; 14.2; 14.4; 15.2; 15.3; 15.4; 15.15; 16.1; 16.2; 16.3; 16.4; 16.5; 16.6; 16.7; 16.9; 17.1; 17.1; 17.2; 17.3; 17.4; 17.5; 17.6; 18.1; 18.2; 18.3; 18.4; 18.5; 18.6; 19.2; 19.3; 19.4; 19.6; 19.7; 19.9; 20.1; 20.2; 21.1; 22.2; 22.3; 22.5; 23.1; 23.2; 23.3; 23.4; 24.1; 24.2; 24.3; 24.4; 24.5; 24.6; 24.7; 24.8; 24.10; 24.11 citadas no Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 54, III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, V, da Resolução TCE/AM n. 04/02, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômicos que resultaram em justificados danos ao erário público citados nos subitens nº 12.4 (R\$ 6.370,00); 12.6 (R\$ 3.920,20); 12.7 (R\$ 21.846,65); 12.9 (R\$ 35.280,00); 12.10 (R\$ 1.724,80); 12.11 (R\$ 1.509,20); 12.12 (R\$ 5.652,70); 12.13 (R\$ 8.820,00); 12.14 (R\$ 6.200,21); 12.15 (R\$ 57.595,52); 12.16 (R\$ 3.430,00); 15.16 (R\$ 1.900,00); 22.6 (R\$ 3.120,36); 24.9 (R\$ 52.157,47), do Relatório/Voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva**, no valor de **R\$ 209.526,91** (duzentos e nove mil, quinhentos e vinte seis reais e noventa e um centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão da Prefeitura Municipal de Maués, nos termos do art. 304, do Regimento Interno, pelas irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da DICOP n. 115/2014 e no



ACÓRDÃO Nº 29/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 29/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Parecer do Ministério Público de Contas n. 3763/2017-MPC-ELCM (fls. 3707/3749) e no Relatório/Voto, assim discriminadas nos subitens 12.4 (R\$ 6.370,00); 12.6 (R\$ 3.920,20); 12.7 (R\$ 21.846,65); 12.9 (R\$ 35.280,00); 12.10 (R\$ 1.724,80); 12.11 (R\$ 1.509,20); 12.12 (R\$ 5.652,70); 12.13 (R\$ 8.820,00); 12.14 (R\$ 6.200,21); 12.15 (R\$ 57.595,52); 12.16 (R\$ 3.430,00); 15.16 (R\$ 1.900,00); 22.6 (R\$ 3.120,36); 24.9 (R\$ 52.157,47);

10.5. Recomendar à Prefeitura Municipal de Maués, que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em especial à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n. 101/2000), Lei de Licitações e Contrato (Lei n. 8.666/193), a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM.

11- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 16 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral